Aços inoxidáveis de baixo, médio e alto teor de carbono. Centro de Serviços de Aço Inox [illegible] Mangels

CONSTITUINTE

"Centrão" apresenta suas emendas

por Ana Cristina Magalhães
de Brasília

O "Centrão" terminou na noite de domingo seu substitutivo final ao projeto constitucional. Ao todo são onze emendas que alteram o preâmbulo, os nove títulos e as disposições transitórias do projeto, aprovados pela Comissão de Sistematização.

As alterações mais significativas introduzidas se referem aos capítulos da Ordem Social, Ordem Econômica, Direitos Sociais, Reforma Agrária, Saúde e Educação. O grupo evitou posicionar-se na polêmica sobre o mandato presidencial (veja matéria abaixo).

Até ontem o "Centrão" havia obtido pouco mais de 140 assinaturas para as emendas, segundo cálculos do deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos coordenadores do grupo.

Coimbra considerou difícil o trabalho de coleta das assinaturas dos 308 parlamentares listados por ele mesmo como membros do "Centrão". Segundo ele, muitos constituintes estão espalhados em seus estados e é grande o número daqueles que não são localizados. O deputado acredita que as emendas obterão as 280 assinaturas, que permitem a preferência automática de votação sobre as demais que tenham o mesmo teor, mas reconheceu que o "número é apertado". Ele informou que pelo menos oito membros do grupo não estão dispostos a assinar as emendas. Dois deles, o deputado Erico Pegoraro (PFL-SC) e senador Francisco Rollemberg (PMDB-SE), que então viajando, já comunicaram que não assinarão. Os outros pela Coimbra preferiu não identificar, afirmando que ainda tentará convencê-los.

Abaixo os pontos mais significativos do projeto alterados pelo "Centrão".

• Indenização para desapropriação por necessidade ou utilidade pública — a indenização justa e prévia estabelecida no projeto da Sistematização deverá ser feita em dinheiro.

• Direitos sociais — estabilidade do emprego após doze meses e a garantia de indenização correspondente a um mês de salário por ano de serviços prestados. Nos casos de demissão sem justa causa o texto da Sistematização concede garantia no emprego, protegido contra despedida imotivada desde que não se funde em contrato a termo, falta grave e justa causa, baseada em fato econômico intransponível, fato tecnológico ou infortúnio na empresa.

Horas extras — será superior em 50% em relação ao trabalho normal. O projeto concede remuneração em dobro.

Jornada e trabalho e licença gestante — mantém o mesmo texto — jornada não superior a 44 horas semanais e licença de 120 dias. Organização sindical — assim como o projeto, o "Centrão" manteve a unicidade sindical (um sindicato para cada categoria), porém permite a pluralidade desde que a representação continue única nas convenções e dissídios coletivos. O grupo retira o artigo 1º do projeto que prevê que as empresas com mais de cinqüenta empregados devem reservar ao menos 10% dos cargos de seus quadros de pessoal efetivo para serem preenchidos por maiores de 45 anos.

• Tributos — É suprimido do projeto o parágrafo 1º do Artigo 134 que concede aos estados e ao Distrito Federal o adicional de 5% sobre o Imposto de Renda pago à União por pessoas físicas e jurídicas.

Acrescenta a frase "e 1% aos municípios portuários, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados", ao inciso II, do artigo 186 do projeto que determina a entrega, pela União, do produto da arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

• Ordem Econômica — Acrescenta ao parágrafo único do Artigo 199 do projeto, a expressão, "compete à iniciativa privada organizar e desenvolver a atividade econômica", que assegura a toda pessoa o exercício de todas as atividades econômicas independentemente de autorização do Poder Público.

Será considerada brasileira a empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha no País sua sede e administração. O projeto exige, para essa caracterização, que a empresa, no caso tida como nacional, deva, além desses requisitos, ter o controle decisório e o capital votante, em caráter permanente exclusivo e incondicional, sob a titularidade direta ou indireta de pessoas físicas domiciliadas no País ou entidades de direito público interno.

• Investimento Estrangeiro — "Poderão ser incentivados no interesse nacional e disciplinados na forma da lei". O projeto admite esses investimentos desde que sejam "exclusivamente no interesse nacional e disciplinados na forma da lei".

São retiradas as palavras "regulador" e "controle" ao se definir o Estado como agente normativo da atividade econômica. Retirada a palavra "organizada" do parágrafo 3 do Artigo 205 do projeto que regula a atuação do Estado.

• Reforma Agrária

Retira a palavra "simultaneamente" do parágrafo único do Artigo 216 do projeto, que considera a função social cumprida quando, "nos termos da lei, a propriedade, seja adequadamente aproveitada e explorada de modo a preservar o meio ambiente". Desapropriação — "para fins de reforma agrária só poderá haver desapropriação precedida de processo administrativo".

Quércia e Montoro acham que será difícil reduzir mandato de Sarney

por Adriana Vera e Silva
de São Paulo

Franco Montoro, ex-governador de São Paulo, defendeu ontem a realização de uma campanha popular por eleições diretas neste ano, pois acredita que a redução do mandato do presidente José Sarney para quatro anos "está ameaçada". O governador paulista, Orestes Quércia, que se reuniu ontem com Montoro por 15 minutos para discutir a reunião do grupo chamado "histórico" do PMDB, disse que não usará seu cargo e peso político numa eventual campanha de rua, mas concordou com o ex-governador em que não será tranqüila a aprovação dos quatro anos pela Assembléia Constituinte".

Montoro considerou vitoriosa a reunião dos "históricos", realizada no último sábado em Brasília, e classificou a decisão de convocar o diretório nacional do partido num prazo de trinta dias para romper com o governo Sarney como "uma das mais importantes do encontro". Segundo Montoro, a convocação do diretório "é importante para reorguer o PMDB e não terá caráter de inquisição contra os membros mais fisiológicos do partido".

O rompimento com o governo do presidente José Sarney é uma "questão secundária" para Montoro, já que, "se houver eleições nesta ano, teremos poucos meses de governo".

Quércia declarou-se contrário à convocação do diretório nacional, assim como os governadores do Rio de Janeiro, Wallington Moreira Franco, do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, e do Paraná, Álvaro Dias.

"A convenção do ano passado já decidiu que a questão do mandato será definida pela Constituinte. Nenhuma reunião do diretório nacional vai mudar uma decisão da convenção", disse Quércia.

Em Curitiba, Dias qualificou de "oportunismo eleitoral" a convocação do diretório do PMDB com o objetivo de discutir o rompimento com o governo Sarney.

Para ele, o grupo "histórico" não vem demonstrando coerência política. "A reunião foi uma vitrina para que o 'grupo dos rompidos' se apresentasse. A idéia manifestada no encontro de que se deve ficar com o governo apenas até a elaboração da nova Constituição é oportunismo eleitoral", disse Dias, segundo apurou o repórter Eduardo Sganzerla.

A decisão de romper com o governo em trinta dias foi condenada em nota oficial distribuída no domingo à noite pelo governador fluminense, Moreira Franco, conforme apurou o repórter Ricmar Trindade. Moreira Franco julga que a premissa do partido deve ser a agilização dos trabalhos da Constituinte e a formulação de um programa mínimo para ser cumprido pelo futuro candidato peemedebista à Presidência da República.

Em Porto Alegre, Simon disse que "este não é o momento adequado" para uma convocação extraordinária do diretório nacional do PMDB. Ele gostou da decisão dos "históricos" de não lançar neste momento um candidato à sucessão presidencial, conforme informou o repórter Flávio Porcello.

"A sociedade brasileira não entenderá a decisão de parte do partido em lançar um candidato e desencadear uma campanha eleitoral, enquanto outra parte do partido está no governo", disse Simon.

Para Quércia, "quando as coisas sorriam para o presidente Sarney, na época do Plano Cruzado, o PMDB não rompeu com o governo. Se o partido rompesse agora, o povo não iria admitir esse tipo de ingratidão".

Scalco colhe assinaturas para reunir o diretório

por Andrew Greenlee
de São Paulo

O deputado Euclides Scalco (PMDB-PR) continuava ontem a colher assinaturas de membros do Diretório Nacional do partido dispostos a promover uma auto convocação, com o objetivo de deliberar sobre posição na Constituinte quanto à duração do mandato do presidente José Sarney e o rompimento com o governo.

Segundo Scalco, vice-líder do partido na Constituinte, já existem 27 assinaturas. Para que o diretório seja convocado, são necessários pelo menos 41 subscritores à proposta, o equivalente a um terço dos seus 120 membros.

A decisão de trabalhar por um encontro do diretório — provavelmente no dia 3 de fevereiro — para analisar as principais questões políticas do momento foi tomada no último sábado, durante reunião dos "históricos" do PMDB, grupo que rompeu com o governo Sarney e liderado pelos senadores Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, José Richa e o ex-governador de São Paulo, Franco Montoro.

Esses mesmos dirigentes estiveram com o presidente do partido ainda no sábado, levando o resultado do encontro da manhã. Ulysses, no entanto, não deu sinais de que pretenda convocar o diretório. Daí os "históricos" terem partido para a alternativa da auto-convocação, conforme o estatuto partidário. "O diretório irá reunir-se", garantia ontem o senador Richa. Pelas previsões de Scalco, o documento poderá atingir as 41 assinaturas entre hoje e amanhã.

"Alguma coisa tem que acontecer agora no partido, temos que sair da imobilidade", dizia Richa, ao comentar os resultados do encontro de sábado, ao qual compareceram 103 parlamentares (a bancada do PMDB tem 305), além de figuras de destaque no partido, como o ex-ministro Bresser Pereira.

Os "históricos" querem, fundamentalmente, que o diretório se defina pelo mandato de quatro anos para Sarney, enquanto a ala mais à esquerda — o Movimento de Unidade Progressista (MUP) — defende, também, o rompimento oficial com o governo, incluindo a renúncia dos ministros peemedebistas.

"Temos que examinar as atitudes do partido para verificar sua viabilidade", explicava ontem o deputado Domingos Leonelli (BA), dirigente do MUP. Segundo ele, caso o PMDB não assuma os pontos que o grupo defende, a única opção será deixá-lo e fundar outro partido.

Sant'Anna diz a Sarney que apoio está crescendo

por Edson Rea
de Brasília

O líder do governo, deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), levou, ontem pela manhã, ao Palácio da Alvorada, alguns números que deixaram o presidente José Sarney "animado" com a possibilidade de a Constituinte aprovar a emenda do deputado Matheus Iensen (PMDB-PR), a favor do mandato de cinco anos.

Sant'Anna disse que contava com 272 assinaturas, no sábado passado, com 290, ontem, e que esperava dispor de 319 até amanhã. Além da emenda de Iensen, há uma outra do senador Edison Lobão (PFL-MA), circulando na Constituinte com a mesma proposta.

Antes de iniciar seu período de férias de fim de ano no Maranhão, Sarney pediu a Lobão que retirasse a sua emenda, para deixar correr apenas a do deputado evangélico pernambucano. O presidente, segundo contou o senador, explicou que a afinidade pública existente entre ambos infalivelmente recolocaria o seu nome na linha de frente pela defesa dos cinco anos, como vinha acontecendo até o dia 15 de novembro, quando a Comissão de Sistematização decidiu reduzir seu mandato. "E isso ele não quer mais", acentuou.

Também ontem, Sarney desmentiu, por meio do ministro Ronaldo Costa Couto (Gabinete Civil), qualquer intenção de promover uma ampla reforma ministerial. "O presidente disse que a reforma ministerial não está em pauta", afirmou o ministro.

COMUNICADO
— INSTRUÇÃO CVM Nº 00/87 —

Atendendo o disposto na Instrução CVM nº 00/87, informamos haver efetuado compras de ações da ETERNIT S.A., nas quantidades a seguir indicadas, perfazendo, no total, 10,4% do capital votante da empresa:

	CGC/CPF	QTDE AÇÕES
MANAUS EMPREENDIMENTOS LTDA —	31.376.360/0001-36	43.000
COARI EMPREENDIMENTOS LTDA —	31.376.408/0001-36	17.875
ANCHIESES FURTADO XAVIER DE ALBUQUERQUE —	061.980.812-04	5.000
NATHANIEL LEMOS XAVIER DE ALBUQUERQUE —	000.088.362-72	2.000

esclarecendo que as pessoas físicas citadas integram o controle das duas empresas adquirentes.

Estas aquisições foram feitas tendo como objetivo o de ser investimentos financeiros temporários.

Informamos, ainda, que as adquirentes dessas ações não têm co-participação no controle acionário, e não participam de Acordo de Acionistas com qualquer dos demais acionistas da referida empresa, no que se refere ao uso do direito de voto na empresa. Outrossim, não são possuidoras de debêntures de qualquer espécie.

Rio de Janeiro, 07 de janeiro de 1988.
EMILSON TORRES DOS SANTOS LIMA
PROCURADOR

O caminho para influir no Planalto

por Mariângela Hamu
de Brasília
(Continuação da 1ª página)

de República, Saulo Ramos, ou o empresário Matias Machline (grupo Sharp), recuaram estrategicamente, mudando o perfil do círculo de assessores íntimos, ao qual é dado o direito de influenciar o pensamento e as ações do presidente da República.

Os dois livres importantes mais longe que hoje ao "coração" do Planalto estão, agora, nas mãos de dois políticos experientes que, além de balanços de nascimento e formação, têm em comum o fato de terem chegado, cada um por obra e graça de uma reconhecida habilidade. Esse talento permite que convivam, hoje, apesar de ainda alimentarem a forte rivalidade — que já foi inicialmente explícita durante muitos anos — nascida na disputa de suas carreiras, na Bahia.

Os dois conselheiros presidenciais mais influentes, na área política, não se falavam há nove anos, até que um deles — Prisco Viana — assumiu uma pasta no ministério Sarney. No dia de posse, Magalhães, ministro mais velho na casa, aproximou-se de Viana e quebrou o gelo. "Não preciso desejar-lhe êxito, porque você é competente e sempre o alcançará." Viana agradeceu com um abraço e desde então o relacionamento tem sido cordial.

Ao consolidar o prestígio de Viana e Magalhães no governo, o presidente Sarney acabou com uma rivalidade que começou na época do ex-presidente João Figueiredo.

A pedido deste, Magalhães ligou para Viana, em Brasília, pouco antes de um comício que seria realizado com sua presença na Bahia, durante a campanha de 1982. Magalhães era governador do Estado, pelo PDS, e Viana era secretário-geral do partido, cujo presidente de honra era Figueiredo. O telefonema acabou em troca de palavras ásperas e a rivalidade se solidificou.

Hoje, novamente no poder, os dois ministros trocam gentis sutilezas. "O Antônio Carlos é um político muito competente e obstinado na perseguição dos seus objetivos", reconhece Viana. "O ministro Prisco Viana sempre se destacou como excelente parlamentar e um bom articulador político. Agora, tem a oportunidade de apresentar seu trabalho administrativo, que já começou com êxito", afirma Magalhães.

A trajetória dos dois políticos baianos — inimaginável no início do governo — impressiona pela semelhança, embora os dois tenham estilos pessoais completamente distintos. Magalhães, 60 anos, um médico que jamais exerceu a profissão para dedicar-se inteiramente à política, tem um jeito barulhento de mostrar toda a extensão de sua força, quando a coloca a favor de uma causa, de um chefe político ou de um objetivo. Viana, jornalista de 56 anos, sempre silencioso, luta devagar, mas nunca com menos determinação.

O presidente José Sarney nunca escondeu dos amigos o desejo de ter ao seu lado, no Planalto, o amigo e correligionário Prisco Viana. Mas o PMDB, partido ao qual ambos pertencem, hoje, já considerava um excesso ter na Presidência da República, por capricho do destino, um ex-dirigente do PDS. Ter, também, um ex-secretário-geral do mesmo PDS no ministério era visto como afronta. Por isso Sarney esperou melhor oportunidade.

A chance de Viana veio com o estaçelamento da Aliança Democrática, no ano passado, e ele virou ministro. Só não está, hoje, na chefia do Gabinete Civil porque não lhe convém. Do seu gabinete no Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente, ele comanda os recursos da poderosíssima Caixa Econômica Federal e gerencia grandes somas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Com tanto poder nas mãos, ele presta a Sarney serviços que, em tese, poderão dar ao governo vitórias nas eleições municipais deste ano.

A trajetória de Antônio Carlos Magalhães é também impressionante. Escolhido para o Ministério das Comunicações por Tancredo Neves, ganhou fama ao desafiar publicamente o ex-ministro Délio Jardim de Matos, da Aeronáutica, numa cerimônia de inauguração do Aeroporto de Salvador, no final do governo passado. Derrotado nas eleições para a escolha do novo governador do estado, em 1986, Magalhães passou a freqüentar, com assiduidade, a maioria das listas de nomes que seriam substituídos por Sarney numa eventual reforma de ministério.

No dia 15 de janeiro do ano passado, o governador Waldyr Pires, da Bahia, com o aval do líder do governo na Constituinte, deputado Carlos Sant'Anna, também baiano, levou ao presidente uma carta, assinada por 20 dos 22 deputados federais do estado, pedindo a exoneração do ministro das Comunicações, que estaria — segundo o documento — cometendo graves irregularidades à frente do ministério. Sarney sentiu-se pressionado e não gostou. Sarney já considerava Magalhães um dos ministros mais leais do seu governo, e deu a ele mais espaço do que já tinha.

Um ano depois, Magalhães, que é ex-deputado, ex-prefeito e ex-governador nomeado da Bahia duas vezes, divide com Viana a possibilidade de assumir, na eventualidade de nova reforma, a chefia do Gabinete Civil da Presidência da República. Mas Magalhães, assim como Viana, dificilmente irá. "Por vontade própria, jamais", costuma dizer.

Do Ministério das Comunicações, onde chega todos os dias às 10 horas e nunca sai antes das 23 horas, às vezes meia-noite, e recebe uma média de oitenta telefonemas diários e concede no mínimo vinte audiências, ele pretende continuar comandando a política de concessão de canais de rádio e televisão em todo o País. Com um dos mais generosos orçamentos aprovados para 1988, Magalhães ajudará o presidente Sarney a lutar pela recuperação do mandato presidencial de cinco anos, uma conquista que ele já considera, hoje, líquida e certa.

Uma aposta nos cinco anos

por Mariângela Hamu
de Brasília

Um traço comum — a lealdade ao chefe — está aproximando muito o pensamento e as ações dos ministros Antônio Carlos Magalhães e Prisco Viana na mais importante luta em que a Presidência da República se empenha no momento: a recuperação, no plenário da Constituinte, do mandato de cinco anos que o presidente José Sarney perdeu na votação da Comissão de Sistematização.

Magalhães, à frente de um compacto bloco de parlamentares que integram o Centrão — grupo suprapartidário, majoritariamente conservador —, lidera no momento uma "batalha" pela conquista de 280 assinaturas de apoio a uma emenda que estabelece o mandato de cinco anos e joga para novembro de 1989 as eleições presidenciais. Conseguindo, a emenda terá preferência na votação e, se a Constituinte ganhar a velocidade prometida, poderá ser aprovada antes do final do próximo mês, enterrando de vez as esperanças dos que preferem ver um novo presidente empossado em março do próximo ano.

Viana, enquanto isso, dedica mais de 80% de suas audiências diárias a deputados, senadores, prefeitos, ministros e governadores engajados na luta pela recuperação dos cinco anos. A determinação em defesa das teses favoráveis à permanência de Sarney no planalto até março de 1990 é tão grande que em apenas uma semana de dezembro, quando Brasília já vivia o recesso político de fim de ano, recebeu em seu gabinete ministerial 286 políticos. E colocou o Ministério da Habitação Urbanismo e Meio Ambiente à disposição de todos aqueles que apóiam o presidente Sarney.

Magalhães e Viana têm em comum o fato de haverem perdido, uma ou outra, as duas mais importantes eleições realizadas no País nos últimos vinte anos: a que escolheu Tancredo Neves, contra a vontade de Viana, entrando na campanha do ex-deputado Paulo Maluf (PDS) e filiando-se ao PDS; e a de governadores, em 1986, que derrotou Josaphat Marinho, candidato do PFL e de Magalhães ao governo da Bahia, onde está, hoje, Waldir Pires, que foi apoiado por Viana.

Os caminhos que Viana e Magalhães escolherão nas próximas "batalhas" são inteiramente desconhecidos. Eles certamente estarão lado a lado, com Sarney, na escolha do nome que disputará as eleições presidenciais com o apoio oficial, mas dificilmente estarão juntos em novembro próximo, por exemplo, na disputa pela prefeitura de Salvador. Viana poderá apoiar o cantor e compositor Gilberto Gil, ao lado do atual prefeito, Mário Kertesz, que é inimigo político de Magalhães.

Nas próximas eleições para os governos de estado, os dois poderão estar ainda mais distantes. Viana, preterido já uma vez pelo próprio Magalhães, quando ambos pertenciam ao PDS, certamente tentará a indicação do seu atual partido, o PMDB, para disputar o governo da Bahia. No PFL, Magalhães é o único nome com chances de vencer, no momento, a coligação formada pelo PMDB, PCB e PC do B, que viabilizou a escolha de Waldir Pires em 1986, na disputa pelo governo do estado.